

**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA
DO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL,
REALIZADA AOS VINTE E DOIS DIAS DO
MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E
DEZENOVE.**

Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, no auditório da SCPar Porto de São Francisco do Sul/SC, presentes os Conselheiros **do Poder Público:** Urbano Lopes de Sousa Netto (Presidente do CAP) (Titular), Cristiane Yamamoto Dutra (Titular), Paulo Rogério Silva (Titular), Edwilson Pascoal da Mota (Titular) e Jeferson Machado (Suplente); da **Classe Empresarial:** Hélio Figueiredo Freire Filho (Titular), José Manoel de Aguiar Nolasco (Titular), Marcello de Freitas Cortez (Suplente), João Batista G. Pismel Neto (Suplente), Luiz Felipe Oliveira (Suplente) e Jorge Tacla Filho (Suplente), e **dos Trabalhadores Portuários:** Flávio Tascheck Rosa (Titular), Everton Joni Machado (Titular) e Adilson Gonçalves (Suplente). Também presentes: o convidado permanente: Cássio José Alves Camargo Vieira Gomes (ANTAQ), e demais convidados que assinaram a lista de presença.

Dando início à reunião o Presidente do CAP, **Urbano Lopes de Sousa Netto**, cumprimentou a todos e agradeceu a presença. Convidou a compor a mesa do Conselho, o Diretor Presidente da SCPar Porto de São Francisco do Sul, João Batista Furtado, e os conselheiros titulares presentes. Após a verificação de quórum, lida as presenças pela Secretária Vanessa C Freitas, o Presidente do CAP leu a Portaria nº 3019 do Diário Oficial da União, de 15 de julho de 2019, que o designou pelo período de dois anos, presidente (Titular) e Flavia Morais Lopes Takafashi (Suplente), representantes do Poder Público, indicados pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários.

Colocou sob aprovação a Ata da 5ª (Quinta) Reunião Ordinária, que sem nenhuma objeção foi aprovada pelos Conselheiros.

Ainda, leu os documentos recebidos pelo Conselho durante o período desde a última reunião do CAP, sendo eles, o encaminhamento da Resolução 011/2019 da SCPar Porto SFS, que encontra-se divulgada em seu site, e o encaminhamento da Memória da Reunião com Operadores Portuários, realizada em 24 de abril de 2019. Após, passou a palavra ao Presidente da SCPar Porto de São Francisco do Sul, Sr. João Batista Furtado.

O **Presidente da SCPar Porto SFS, João Batista Furtado**, cumprimentou a todos e deu as boas vindas ao Sr. Urbano, desejando uma ótima convivência com todos os conselheiros e com a comunidade portuária, e também solicitou parceria na busca incessante de investimentos e melhorias. Explicou sobre a nova gestão à frente do Porto de São Francisco do Sul, que possui grandes desafios e novos paradigmas, buscando enfrentar obstáculos frente ao mercado internacional, e explicou sobre o convênio de delegação, objetivando maior celeridade junto às suas ações. Nas metas citadas, falou sobre as obras de infraestrutura e das obras que necessitam de recursos financeiros em que a receita tarifária não consegue arcar. Em sua apresentação citou o planejamento como forma de delinear metas para os próximos 15 a 20 anos e que haja o reconhecimento como Porto de excelência até o ano de 2025. Relatou as ações feitas, como: a publicação da Resolução 011, que disciplina e atualiza questões operacionais do Porto, realizada com a parceria dos operadores portuários e agentes marítimos, com o objetivo de fomentar a produtividade. Sobre as novas normas de elaboração da revisão tarifária, comentou que será analisado a competitividade sem inviabilizar questões comerciais. Citou a infraestrutura e questões ambientais importantes e necessárias a serem analisadas em todo o contexto. As ações estão acontecendo com base no planejamento estratégico, com perspectiva de carga até 2030, sendo eles: soja, milho, produtos químicos, dentre outros, com previsão de movimentação de 26

milhões de toneladas. Comentou sobre obras urgentes, como a construção do novo *gate* com três balanças, estimando ganhar-se 35 a 40% na produtividade, em relação à rotatividade. Obra essa construída com recursos próprios, pelo Porto de São Francisco do Sul, e com previsão de entrega até final de novembro. Comentou também sobre o colapso no corredor de exportação, acontecido no ano que passou, onde foram tomadas as medidas necessárias com investimentos de vinte e cinco milhões de reais, pelo Porto, e em junho de 2019 voltou à atividade normal, operando com dois *shiploaders*. *Esses shiploaders* possuem vida útil de mais dois anos, sendo que o Porto contratou manutenção preventiva e corretiva, para que nesse tempo possa-se operar normalmente. Falou sobre a modernização do terminal e aquisição de *shiploaders*. Ainda, comentou sobre a contratação da batimetria, e da necessidade da periodicidade dessas contratações; e também sobre o Eia Rima de aprofundamento do canal de acesso externo, que deverá ser alargado e aprofundado para dezesseis metros. Esse projeto está em análise ambiental, onde a próxima etapa é buscar recursos para ser colocado em prática, e assim o Porto receberá navios maiores, tornando-se mais competitivo. Citou rapidamente o plano de ações prioritárias para os próximos três anos, como: dragagem de manutenção, que encontra-se em fase de contratação, orçada em trinta milhões de reais, com recursos oriundos da receita tarifária; sistema de sinalização náutica, modernizando e dando mais segurança à navegação; dragagem de aprofundamento do canal de acesso; derrocagem da Laje do Berço 101, 401, canal de acesso interno e Laje do Barata; aterro da retroárea do Berço 201, com projeto concluído e orçado em oito milhões de reais; aquisição de dois novos *shiploaders*; arrendamento do berço 401 e demais investimentos em infraestrutura. Comentou também sobre o *superávit* da receita operacional no mês de julho, por conta do reajuste nas receitas, e ainda, com perspectivas que o granel trabalhe *full time* até o final do ano. Falou sobre a legalização da situação da Cidasc, onde hoje se encontra com a Antaq o contrato de transição, com idéia de se viabilizar um contrato por dispensa com a Cidasc, para que aconteça a transição legal. Finalizou comentando sobre a questão tarifária e aumento de receita, e também sobre os funcionários da SCPar Porto São Francisco do Sul, que estão sendo capacitados para se adaptar à Lei das Estatais (nº 13.303) e à Lei das S.A.s (nº 6.404).

O conselheiro suplente Marcelo Cortez, pediu a palavra como usuário do Porto e como proprietário de carga, e apontou para que tenha-se o cuidado de não tornar o porto mais caro e assim perder produtividade, citando a tarifa de inframar, pelo fato do porto não ser porto de navio completo, visto hoje a inframar ser mais cara que Paranaguá e Santos, e que somando-se os investimentos e tirando o aprofundamento de canal (que terminará após o porto de Itapoá, não trazendo benefícios diretos a esse Porto, sendo ainda que a dársena inteira permanecerá em quatorze metros) o Porto conseguirá realizar todas essas obras citadas acima, pelo fato do seu caixa superavitário, não necessitando onerar as tarifas.

O Presidente do CAP, Urbano L. S. Netto, explicou que essa norma da estrutura tarifária foi aprovada pela ANTAQ, na Resolução nº32/2019, que padronizará todos os portos do Brasil, porém de que forma será estabelecida a cobrança e os valores, deve ser bem analisado pelo porto para não perder competitividade e nem usuários. O processo de revisão é mandatório, todos terão que realizar, porém deve-se existir interação, coerência e transparência entre Porto e usuários, para que não fique oneroso, embora as reformas precisem ser feitas para no futuro existir um terminal mais adaptado, beneficiando toda a comunidade portuária.

João Batista complementou dizendo que haverá a correção na tarifa mas não será inviabilizado o comércio, e deverá ser reajustado tarifas específicas. O projeto de aprofundamento será viável quando for realizado em todo o projeto, não somente no canal de acesso, sendo que no estudo será estendido até o porto organizado.

O conselheiro titular, José Nolasco, questionou sobre o tempo estimado desse estudo, pois em se tratando de granel de exportação e importação os contratos são realizados anuais na grande maioria, já estando com preços acertados. Em relação à tabela I – Inframar, sugeriu o exemplo de como era feito em Santos, enquanto os calados eram diferentes, as tarifas eram cobradas diferentes, por calado. Nosso calado na dársena será equalizado porém em Itapoá não será, será maior quando o aprofundamento do canal estiver pronto. Hoje em Santos paga-se igual pois o canal foi equalizado, com a dragagem feita

e os reforços de cais também. Acrescentou ainda, que se cobrar a tabela Inframar por tonelagem bruta do navio, prejudica tanto os navios que vem ao porto público como os navios de contêineres que vão a Itapoá.

O Presidente do Porto se colocou a disposição para entrarem em acordo na hora do estudo tarifário, pois nada será feito de forma unilateral.

O **conselheiro titular, Hélio Freire Filho**, questionou sobre o contrato de transição da Cidasc, se será para um arrendamento ou para a transferência da gestão para o Porto de São Francisco do Sul.

João Batista comentou que hoje o complexo do terminal (armazéns e equipamentos) é patrimônio da União sob a responsabilidade do Porto de São Francisco do Sul sob delegação, porém existe um histórico de trinta anos do terminal, e ser de economia mista do Estado, onde a Antaq prevê que não se pode interromper a operação e prejudicar o contrato de transição, e que o mesmo tem no seu bojo uma expectativa para o mercado, que essa área será arrendada.

Sr. Freire perguntou se existe prazo máximo.

Sr. Urbano Sousa Netto afirmou que o contrato tem duração de cento e oitenta dias, improrrogável, mas dada a autorização pela Antaq, de celebração do contrato de transição, podem ser celebrados diversos contratos de transição. Contratos de transição são inseguros a quem está ocupando, pois não são permitidas intervenções e inviabiliza investimentos. A ideia é, uma vez celebrado, que se dê a celeridade necessária para que as soluções aconteçam.

Sr. Nolasco questionou ao João Batista sobre a dragagem da dársena.

O Presidente do Porto explicou que será previsto no edital para que seja feita a cota 14.

O Presidente do CAP agradeceu o Presidente Batista pela apresentação e citou que existem alguns desafios de curto prazo que são factíveis e dependem muito do porto. Quanto aos projetos mais delongados quanto a prazos, que envolvem muitos recursos e que envolvem Governo Federal, solicitou que o Porto possa estar lhe enviando informações e no que couber, poderá fazer essa interlocução, podendo ajudar no que couber a questões contratuais acerca de arrendamentos e fazer assim uma gestão com celeridade e transparência. Desculpou-se por não ter se apresentando no início e informou aos presentes que é servidor de carreira do Ministério da Economia desde 2012 e trabalha com portos especificamente, desde 2014, onde já teve experiências quanto a gestão de contratos de arrendamentos, autorizações de terminais privados, licitações, e hoje é Coordenador Geral de Gestão de Contratos da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA). Comentou ainda sobre a reformulação dos CAPs em todo o país e foi dada a missão que cada Presidente de CAP seja um Embaixador junto ao Ministério, levando demandas, tentando sanar problemas, trazendo, assim, soluções.

Em **Assuntos Gerais**, **João Batista** ressaltou a importância dessa interação do Presidente do CAP junto à SNPTA, deixando a gestão do Porto à disposição para prestar informações necessárias, e desejou novamente as boas vindas, ratificando a parceria almejada.

Urbano Sousa Netto citou que como primeiro assunto que ele levará para conhecimento em Brasília, será sobre o Sexto Termo Aditivo ao Convênio de Delegação da SCPAr Porto São Francisco do Sul, tratando assim do alfandegamento do Porto.

José Nolasco, em nome do Sindicato dos Operadores Portuários também deu as boas vindas ao novo Presidente do CAP, desejando uma boa gestão conjunta, e colocou à disposição o Sindicato. Comentou sobre a nova gestão do Porto, que teve início em março do ano em curso, apresentando sensíveis melhoras, especialmente no corredor de exportação com o término da obra de recuperação, e o bom funcionamento da manutenção e limpeza. Com o término da obra do gate, pode-se prever uma melhora para as cargas de importação. Ainda, fez um pedido sobre a importância de dar seguimento ao projeto ferroviário, que está aprovado pelo Dnit Ferroviário desde outubro de 2017, já com solução ferroviária para os terminais e porto público, faltando apenas construir três quilômetros. Aumentará movimentação, beneficiando cargas de importação e exportação.

O conselheiro titular, Paulo Rogério Silva, em nome do Ministério da Agricultura deu as boas vindas ao Presidente do CAP e comentou sobre os serviços realizados no Porto de São Francisco do Sul.

A conselheira titular, Cristiane Yamamoto Dutra, em nome da Anvisa, pediu atenção quanto à questão sanitária, principalmente por se movimentar muitos grãos. Atentou para as possíveis doenças causadas quanto à falta de limpeza.

O conselheiro titular, Edwilson Pascoal da Mota, Delegado da Receita Federal de São Francisco do Sul, deu as boas vindas ao Presidente e falou sobre a importância das reuniões do CAP, citando como exemplo a solução do problema de alfandegamento que estava ocorrendo na Cidasc, e que em fevereiro desse ano foi vencido o desafio. Elogiou as palavras do Presidente do Porto, ressaltando que a Receita Federal prega também a isonomia, transparência e a luta pelo interesse público. Ainda, citou a situação do alfandegamento da SCPar Porto de São Francisco do Sul, e o problema de um possível cancelamento de registro da SCPar Porto e da Administração do Porto, que significa desalfandegar, e assim para-se as operações. O processo do alfandegamento da SCPar Porto foi encaminhado à Superintendência em Curitiba e no momento aguarda-se o recebimento do Sexto Termo Aditivo. Acredita que o Presidente do CAP possa vir auxiliar na seriedade e aceleração do processo da assinatura do Sexto Termo em Brasília. Falou que a Receita Federal é técnica e ordem formal deve ser cumprida. Finalizou dizendo que a sociedade quer que todos sejam fiscalizados igualmente.

O Presidente do CAP informou que vai tentar fazer uma diligência para tentar adiantar o processo, visto o que pode ocorrer ao Porto. Citou a seriedade e comprometimento da Receita Federal.

O conselheiro suplente Jeferson Machado, servidor de carreira da SCParcerias (*Holding*), deu as boas vindas ao novo Presidente do CAP e comentou que os diretores da SCPar estavam em Brasília tratando do Sexto Termo Aditivo, esperando assim que a situação do alfandegamento se resolva o quanto antes.

O conselheiro titular, Everton Joni Machado, representante do Sindicato dos trabalhadores da Cidasc, também saudou o presidente do CAP e relatou a atuação da Cidasc no Porto, onde toda a receita arrecadada aqui, mantém oitenta por cento de custeio em todo o Estado, e que o trabalho feito de defesa sanidade animal e vegetal garante o selo dos certificados para o agronegócio poder exportar. Afirmou que trinta por cento do PIB de Santa Catarina é do agronegócio e da exportação de proteína animal. Pediu que, mesmo levando-se em conta a situação jurídica que envolve a Cidasc, também note-se a atual situação dos setenta e dois servidores concursados que hoje lá trabalham. Solicitou, se possível, que essa demanda dos trabalhadores possa ser levada a frente.

O conselheiro titular, Flávio Taschek Rosa, servidor de carreira do Porto, representante dos trabalhadores portuários e servidores públicos do Porto, reafirmou a importância da história do Porto de São Francisco do Sul, pedindo que seja olhado o lado dos servidores e ainda, comentou sobre o cuidado na hora da reforma tarifária e sobre a importância do alfandegamento. Solicitou à SCParcerias que olhem pelos servidores do Porto, que os capacite, que olhem no geral e não em grupos específicos. E que sobretudo a comunidade portuária seja ouvida.

O Presidente do CAP, Urbano, ressaltou a importância da capacitação dos servidores, incluindo também os avulsos, OGMO, visto que se falar somente em intervenções emergenciais de dragagem de manutenção, em obras, em infraestrutura e deixar de lado os que gerem, o serviço não será completo e sim pela metade. É o esforço conjunto de todos que leva a um futuro melhor ao Porto.

O Presidente do Porto, João Batista, mencionou que o foco dessa gestão é preparar e motivar os servidores. Citou a presença do Diretor de Logística, Adilson Sperfeld, que juntos estão estudando viabilidades para aumentar a capacitação dos servidores do Porto.

Também, comentou sobre a reunião que acontecerá em Brasília, sobre a questão do projeto ferroviário, assunto mencionado pelo Conselheiro José Nolasco. A Rumo possui um contrato até 2027, e então surgiu a ideia de que quando acontecer a renovação do novo contrato, que se inclua a conclusão do projeto do contorno rodoferroviário nos encargos da concessionária, pois a Rumo ganhará produtividade também.

O conselheiro Edwilson, Delegado da Receita Federal, mencionou o empenho do Porto, nas pessoas dos diretores, que vêm mostrando boa vontade em solucionar as questões do alfandegamento. Também

citou os que assuntos relativos ao Porto, inclusive o entrepostamento, que hoje permanecem parados, somente procedem dessa forma pelo mesmo fato do alfandegamento.

O conselheiro Hélio Freire Filho esclareceu que o que mencionou sobre a Cidasc é que ela possa ter espaço a terceiros, pois hoje a instalação está ociosa e o bem público está sendo subutilizado.

O conselheiro Everton Joni concordou que essa abertura democrática deva ocorrer, o que será melhor para todos.

O senhor **Getulio Aprigio da Silva**, servidor da SCPar Porto de São Francisco do Sul e representante da Federação Nacional dos Portuários, citou que os servidores até hoje se qualificavam por conta própria até hoje. Comentou que esteve no CAP por oito anos e que este fórum é muito importante para o Porto.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CAP agradeceu a presença de todos e agendou a próxima reunião do CAP para o dia 10 de outubro de 2019.

Esta Ata foi lavrada pela Secretária do CAP, Vanessa Costa de Freitas, matrícula: 379.785-6-01, e que depois de lida e aprovada, será assinada também pelos Conselheiros presentes.

Em anexo a esta Ata encontra-se também a lista de presença das pessoas convidadas para a reunião.

São Francisco do Sul, 23 de agosto de 2019.

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Urbano Lopes de Sousa Neto	Presidente	
Cristiane Yamamoto Dutra	Titular	
Paulo Rogério Silva	Titular	
Edwilson Pascoal da Mota	Titular	
Jeferson Machado	Suplente	

REPRESENTANTES DA CLASSE EMPRESARIAL

Hélio Figueiredo Freire Filho	Titular	
José M. A. Nolasco	Titular	
Marcello de Freitas Cortez	Suplente	
João Batista G. Pismel Neto	Suplente	
Luiz Felipe Oliveira	Suplente	
Jorge Tacla Filho	Suplente	

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS

Flávio Tascheck Rosa	Titular	
Everton Joni Machado	Titular	
Adilson Gonçalves	Suplente	

SECRETÁRIA

Vanessa Costa de Freitas